

Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni

ESTADO DE CRISE

Tradução:
Renato Aguiar



ZAHAR

Democracia em crise

Nós temos agora uma superclasse que toma todas as decisões econômicas importantes, fazendo-o em total independência em relação às legislaturas e, *a fortiori*, à vontade dos eleitores de qualquer país determinado.

RICHARD RORTY¹

Ética de progresso e democracia

CARLO BORDONI: A ideia de que a estrutura da sociedade está baseada em relações econômicas foi provada por Marx com a teoria do materialismo histórico, e, durante um tempo, foi crença comum de que não havia sentido sequer em debatê-la. Nos anos mais recentes, coincidindo com a crise da modernidade, foi proposta a hipótese atracente e libertadora de que a economia não é estrutural, mas depende de fatores humanos "disponíveis", como a cultura e outras formas de produção imaterial, com as quais ela entra em relação dialética.

A economia, para resumir, já não representa mais a alma da sociedade, porém, é um dos seus muitos componentes, e modificável, como os outros. Os primeiros a sustentar essa ideia foram os pensadores revolucionários da Escola de Frankfurt,² a quem devemos a semente de uma mudança importante, a saber: a visão de que a cultura, até então considerada superestrutural (e portanto dependente da economia), poderia, em vez disso, influenciar e mesmo determinar as escolhas de política econômica; uma cultura tão forte que por si mesma poderia se tornar uma estrutura numa sociedade livre da dominação capitalista.

O que os sociólogos de Frankfurt perceberam após a Segunda

Guerra Mundial, na sequência de um iluminismo renovado que sucedeu

ao obscurantismo nazifascista, teve de ser confirmado por inovações posteriores, resultantes da "revolução cultural" de 1968, quando o insight de Sartre desempenhou um papel crucial no caminho do poder da imaginação, aberto por Adorno e Horkheimer.³ A revelação plena da capacidade humana de pensar, sonhar e imaginar seu próprio destino e de romper o molde do passado.

O componente fortemente utópico dessa suposição parece ter se confirmado pelas tendências observadas na sociedade dos anos 1970 e 1980, nas quais a combinação de vários fatores, incluindo o desenvolvimento da tecnologia, o pós-fordismo e a desmaterialização do trabalho, assim como a explosão do consumismo e a expansão das comunicações, abriu caminho para uma participação coletiva.

Durante os anos das etapas sucessivas de transição, além da grande incerteza, de confusão e inevitáveis equívocos, nós também tivemos a sensação de estar diante de uma extraordinária oportunidade de escolha. A imensa e estimulante oportunidade de decidir o próprio futuro está em geral fadada a causar agudo desapontamento, uma vez que tomemos consciência de que o caminho empreendido não foi o desejado, de que as decisões foram tomadas alhures – de que, mais uma vez, o destino, isto é, a situação histórica própria ao tempo em que o homem está vivendo, é independente das nossas escolhas.

O que aconteceu depois dessa fase eufórica, que coincidiu em parte com o fim da modernidade, aí está aos olhos de todos. O pós-modernismo nos deu a ilusão de viver num mundo livre de necessidades, livre de ideologias, aberto às promessas de consumismo ilimitado, troca da insegurança no trabalho, da incerteza e da solidão, em

A economia tinha recuperado o controle sobre a sociedade e reassumido plenamente seu papel dominante estrutural. O que dava a impressão de certo declínio era somente um blecaute temporário, de frente.

Claro, a economia também mudou. Ela teve de se adaptar aos tempos e de suportar o peso da crise da modernidade. Os atores

tenham mudado, mas, como se diz, a toada continuava a mesma. Não se trata somente de uma economia pós-industrial, que ao longo do caminho perdeu as características únicas de um sistema baseado em fábricas, grandes plantas industriais, concentrações, investimentos de longo prazo e manutenção de uma força de trabalho fiel, mas também de uma economia pós-capitalista, no sentido de que o capitalismo perdeu seus vínculos estreitos com o mundo do trabalho.

O capitalismo também se desmaterializou; libertou-se, por assim dizer, de grandes investimentos, de grandes projetos industriais que envolviam compromisso de longo prazo, e voltou-se para os mercados financeiros, que estão em um lugar virtual, portanto, em um *não lugar*, que não tem localização geográfica, mas se move livremente nos altos níveis, acima de territórios e das coisas mundanas, com uma mobilidade frenética e imediata, suscetível a todo e qualquer sinal de mudança.

Se o *proletariado* se tornou *preariado*, marcado pela incerteza de emprego, de modo semelhante, o capitalista não é mais o senhor – isto é, aquele que possui os meios de produção. A propriedade das máquinas, inseparável dos processos de industrialização, foi o que outrora fez a diferença entre patrão e trabalhador. Hoje, o investimento de grandes somas de capital na compra de maquinaria cara para a indústria não é mais vantajoso, pois não corresponde a uma condição *estável e segura*. Mesmo para o empregador, as margens de incerteza se expandiram e se tornaram quase incontroláveis. Investimentos de longo prazo bem-sucedidos na manufatura já não dependem mais de coragem, inventividade e liquidez financeira, mas de fatores externos; incluindo, por um lado, a rápida obsolescência dos mercados, a bolsa de valores, os bancos e mesmo as leis do próprio Estado, o qual – em vez de assegurar, como no passado, um clima de estabilidade e prover uma câmara de compensação em tempos de dificuldades econômicas, restaurar o equilíbrio, subsidiar com dinheiro público e mediar para manter níveis de emprego – está tão somente preocupado com sua própria estabilidade.

O Estado está passando por uma profunda crise de identidade. Longe de recuperar sua relação de confiança com o público, que

estivera informado de sua constituição desde a origem, ele tem de suportar repercussões da crise da modernidade, que o arrasta a uma degradação extraordinária, acompanhada – como em toda e qualquer fase de declínio – de corrupção e de desconfiança por parte do povo. A crise política em curso (definida como *antipolítica*) é uma crise do Estado moderno. Interessado em defender as razões de sua existência, ele age para recuperar a credibilidade reduzindo a dívida pública e implementando políticas neoliberais, esquecendo que seu propósito fundamental não é equilibrar o orçamento, mas fornecer serviços adequados ao cidadão.

Mesmo supondo que a escolha neoliberal adotada, altamente impraticável para um corpus público, consiga produzir os resultados esperados em termos de austeridade e confiança, ela não é capaz de garantir o tipo de intervenção na economia que, em outros tempos, possibilitava que as grandes indústrias chegassem a algum compromisso para evitar o desemprego.

A aliança entre o Estado e a indústria privada foi por longo tempo um dos mais sólidos pilares da modernidade, assegurando um equilíbrio efetivo entre conveniência política, necessidades econômicas, emprego e controle social. Isso foi observado desde a época em que as grandes empresas familiares surgiram, no século XIX, e foi reconfirmado pelas políticas dos governos totalitários e das democracias do pós-guerra, revelando-se uma aliança sagrada que deu estabilidade para toda a sociedade ocidental. Mas só até que as pressuposições desse vínculo estreito desmoronassem em consequência da globalização, a qual levou, no que diz respeito ao Estado, à separação entre poder e política, e, no que diz respeito ao indústria, à desmaterialização do trabalho.

O capital foi libertado do trabalho, de investimentos que se mostraram cada vez menos lucrativos, de investimentos que se maior incerteza dos mercados (a restrição no consumo está criando sérios problemas para o equilíbrio econômico) e do aumento dos custos do trabalho; isso para não falar das restrições bancárias, que reduzem o crédito de curto prazo, produzindo falta de liquidez para as necessidades operacionais. Acrescente-se a isso a já mencionada

ruptura da aliança com o Estado, a ameaça constante de mudanças legislativas, a necessidade de adaptar-se a novas regulações de segurança, o arrocho fiscal e as taxas do IVA, o imposto sobre valor agregado. Trata-se de uma corrida de obstáculos à qual os negócios mais frágeis responderam com a quebra; os que têm uma posição mais forte reagiram reduzindo a força de trabalho ou mudando-se para um local geográfico diferente, transferindo suas plantas industriais e sua administração para países em desenvolvimento, onde a mão de obra é mais barata. Nesses locais, os controles são mais indolentes e, sem dúvida, governos locais têm certa margem econômica para estimular a instalação de novos negócios. Uma solução temporária, talvez, que vai durar até que os efeitos da globalização também sejam sentidos por ali, desencadeando os mesmos problemas encontrados no país de origem.

A liquidação de capitais investidos na indústria e sua transferência para o império das finanças supranacionais é um fenômeno recente, mas que já está bem estabelecido e com fidedignidade comprovada. Comparado com os ativos fixos do passado, com sua materialidade traduzida em maquinaria, plantas industriais, fábricas, poluição e mão de obra, o capital financeiro é intangível, volátil e não tem proprietários. Na verdade, ele não corresponde a indivíduos específicos que tenham um nome e um rosto. Nós não devemos imaginá-lo submetido a inspeções inflexíveis de um velho cavaleiro de cartola, sentado à sua escrivaninha no andar superior dos quartéis-generais de uma holding. Não há proprietários, apenas executivos que movimentam rapidíssimo o dinheiro virtual: investir e desinvestir, comprar e vender segundo princípios de mercado, no interior de uma rede insondável de trocas, relações e transações que produzem lucro. Eles registram lucros mais altos que qualquer investimento industrial e com menos responsabilidade. As consequências das transações financeiras e das decisões de mercado também são significativas; produzem um impacto igualmente profundo na vida das pessoas, são decisivas na constituição ou na perda de fortunas pessoais – em geral tornando cada vez mais difícil sobreviver –, mas ninguém é responsabilizado.

Os tomadores de decisões financeiras são imunes à responsabilização objetiva, estão acima de toda ética que não seja a ética do lucro. Só a esta última eles prestam contas. Assim como os reis e déspotas antigos não se preocupavam com a vida de seus súditos e os enviavam à morte em batalhas para satisfazer seus caprichos, os homens anônimos das finanças virtuais não têm nenhuma responsabilidade pelos danos causados por suas ações.

Se a bolsa de valores cai e queima bilhões, destruindo de uma só vez a poupança dos investidores, ninguém de fato se preocupa. Como em toda perda, há sempre alguém que ganha dinheiro. O capital financeiro voa muito acima das nossas cabeças para ser visto e mantido sob controle. Está distante das medidas defensivas dos Estados nacionais, movimenta-se rapidamente de uma parte do globo para outra, determinando o destino de milhões de pessoas.

Juntamente com a ideologia, a ética do trabalho foi uma das fundações da modernidade. Usada para construir a identidade do homem moderno, ela surgiu como resultado da consolidação da Revolução Industrial e resistiu por séculos. A ideia de progresso é uma ideia moderna. Ela significa que toda ação humana visa a um aperfeiçoamento, e que a própria história é portadora de um impulso nessa direção.

Embora em aparência inerente à natureza humana, em especial desde a aurora da autoconsciência do indivíduo, a ideia de progresso é de fato um conceito recente. Para os gregos e latinos, a questão simplesmente não se impunha. No futuro, eles viam sinais de uma mudança que devia ser evitada, e se voltavam para o passado, para uma era de ouro mística da qual o homem cairá. Platão encarava o futuro como um período de declínio, segundo uma teoria amplamente compartilhada de degeneração da política, resultado de um conservadorismo que sonha com o retorno à simplicidade da existência natural. Outros, como Aristóteles, teorizaram uma doutrina de ciclos históricos repetidos infinitamente. Horácio escreveu: "Damnosus quid non imminuit dies?" ("O que o tempo funesto não destrói?"), na pior do futuro.

Esse olhar constante para o passado, típico dos clássicos, é atribuído à impossibilidade de ir além dos limites restritos da experiência humana. Trancados em seu horizonte, eles não podiam ver além nem ir além dessa experiência e imaginar o futuro. Apesar das exceções de Demócrito e Epicuro, que não acreditavam na era de ouro, prevalecia um sentido geral de pessimismo, e mesmo em Lucrécio, em que o conceito de "progresso" ("pedetemptim progredientis") aparece pela primeira vez em *De rerum natura*,⁴ é aceita a perspectiva apocalíptica de um mundo destinado a chegar ao fim.

Para encontrar uma mudança de direção, é preciso olhar para a alvorada do século XVII e para Bacon, cuja introdução do método indutivo na ciência revela os primeiros sintomas de modernidade; para esse método, a finalidade do conhecimento é a utilidade ("commodis humanis inservire", "mitigar o sofrimento do homem pelo avanço de sua felicidade"), ideia retomada por Fontenelle, Descartes, Hobbes e Spinoza, e destinada a florescer na era do Iluminismo com Montesquieu, Voltaire e Turgot.

Resultante de uma matriz iluminista única, a ideia de progresso tomou diversos caminhos, seguindo ideologias irreconciliáveis. A ideia modernista, e mais marcadamente liberal, na via indicada por Adam Smith, vincula-se a princípios de comércio livre que leva ao consumo, ao passo que, seguindo a via de Hegel e Marx, vinculado ao conceito de história, o progresso visa à libertação da necessidade e do controle por parte do Estado. Ambas as visões estavam fadadas a entrar em crise na segunda metade do século seguinte; uma delas, relativamente à mercantilização dos valores; a outra, na sequência do colapso dos regimes comunistas.

A simultaneidade desses dois eventos sugere que há uma raiz comum, que pode estar conectada à crise da modernidade e, portanto, aos princípios fundamentais sobre os quais se baseia a essência da modernidade: fé na tecnologia, esperança de melhoria contínua da existência humana, crença nas ideologias. Falando de modo simples, confiança no progresso.

Num texto dos anos 1920, o historiador irlandês John B. Bury mostrou que a ideia de progresso é vinculada às ideologias domi-

nantes do momento e persegue o projeto utópico de uma sociedade ideal, cujas características mudam substancialmente com o tempo.⁵

Não pode haver oposição ao inevitável processo histórico – escreve Marx, um dos mais argutos intérpretes da modernidade – e é bom que a humanidade marche para o nascente vermelho do futuro: isto é, rumo a um futuro que, embora gradual e lentamente, leva à realização da felicidade humana, com a garantia de igualdade entre os homens e de fim da propriedade privada. Essa felicidade – tanto no contexto de Marx quanto naquele da burguesia (a filha do protestantismo) – era prometida como factível na própria terra. Seria resultado tangível de conquistas, de luta e de trabalho árduo, um objetivo muito mais próximo e realizável do que a aleatória meta espiritual que – nos séculos anteriores à Revolução Industrial – a Igreja prometera após a morte. A ética do trabalho, a ética burguesa, é muito mais pragmática, oferecendo, aqui e agora, recompensas por uma vida bem vivida na santidade do trabalho.

Além disso, a ética do trabalho oferecia ao homem uma identidade pessoal da qual se orgulhar, que era capaz de assegurar dignidade mesmo para o mais humilde dos trabalhadores, que podia se identificar com seu trabalho. O proletariado de Marx – unido na consciência de classe (um termo historicamente inovador) – em virtude da dignidade do trabalho que exerce, podia aspirar à libertação da necessidade e esperar subverter a ordem da sociedade industrializada, ao tomar o poder. Se essa sociedade é fundada em trabalho (como vemos em muitas constituições), é lógico que os trabalhadores esperassem liderá-la.

A ética do trabalho foi a invenção mais eficaz da modernidade, pois logrou realizar uma proposta dual sem necessidade de uma continuidade com o espírito religioso do passado, com o qual alcançou um acordo implícito, com ele integrando-se para tornar-se o seu braço secular. Em primeiro lugar, ao atribuir um valor moral, bem como um valor econômico, ao trabalho manual e o consequente sacrifício pessoal nele envolvido, ela garantiu uma massa ilimitada e substituível de força de trabalho para a industrialização crescente. Em segundo lugar, ao eliminar grande parte da ociosidade e do

desemprego, ela reduziu o risco de sedição, de tumultos e crimes contra a propriedade, ajudando a suavizar o fardo social da manutenção de marginalizados, pobres, doentes e criminosos.

Na economia não industrializada (agrícola ou pastoril), o trabalho era visto como necessidade vital; as pessoas trabalhavam o necessário para comer e sobreviver. Com a industrialização, o trabalho passou a ser uma forma de identidade e uma obrigação moral, as pessoas trabalham mais que o necessário, causando a distorção particular debatida por André Gorz, mediante a qual o trabalho árduo é suportado em troca de *satisfação sublimada*: dinheiro, que pode comprar satisfações que o trabalho assalariado não é capaz de proporcionar.⁶

O que era uma miragem para os trabalhadores nos séculos XVIII e XIX começou a se mostrar mais claramente no começo do século XX: lojas de departamento acendiam suas lâmpadas elétricas e exibiam suas vitrines nas ruas, criando um paraíso na terra. Tudo que alguém pudesse desejar estava enfim ao alcance de suas mãos; à disposição nas prateleiras, por preços acessíveis. Para os que não tinham dinheiro o bastante, oferecia-se a possibilidade de crédito bancário. As vantagens eram imediatas, enquanto a dívida podia ser paga em cómodas prestações.

Essa foi a apoteose da modernidade: consumismo para todos, sem exceção. Não era isso a felicidade? Não era isso o que se podia desejar da vida: ter, comprar e consumir o que se quiser, sem limites e sem culpa? A ética do trabalho veio para recompensar o consumidor virtuoso, que gasta tudo o que ganha para fortalecer a economia e os mercados produtivos. Desse modo, o consumismo se preparou para adquirir maior importância em relação à produção e para tornar-se, na modernidade tardia, a grande alternativa ao próprio trabalho.

Ele levou dois séculos para alcançar esse resultado, e foram dois séculos de luta, sacrifício e privação a fim de merecer a felicidade de consumir em paz. A lógica da sequência "mais trabalho, mais renda, mais consumo igual a mais satisfação para todos" (e não apenas para os trabalhadores) sustentou muitas lutas sindicais no interior da ética imposta pela modernidade, cujas demandas se dirigiam mais

a aumentos de salário que a melhorias na qualidade de vida. Seu objetivo era alcançar maior igualdade econômica entre empregador e empregado, aceitando implicitamente as regras de um jogo baseado na quantidade, e não na qualidade do trabalho. Por isso, a ética do trabalho é responsável pelo fenômeno de maior escala ocorrido no século passado: o consumismo. Mais dinheiro e mais poder de compra levaram a mais riqueza material. Não mencionemos o fato de a lógica quantitativa ser logo recuperada pelo sistema: um aumento geral dos salários sempre corresponde a um aumento dos preços para o consumidor. O equilíbrio não pode ser muito alterado. Afinal, pelo menos essa promessa foi cumprida. Não obstante, o paraíso do consumismo se mostrou efêmero.

A responsabilidade disso pode ser imputada ao mecanismo de crescimento, uma manifestação do progresso infinito, que resulta na aquisição de mais bens, mais serviços e mais itens perecíveis, cuja posse e cujo uso dão a sensação de completude e de satisfação com a vida; embora tudo à custa dos recursos do planeta no qual vivemos, os quais – em contraste com a ideia de progresso instilada três séculos atrás, quando o problema não se impunha – não são infinitamente disponíveis; em sua maior parte, eles não são renováveis. O reconhecimento dos limites de um consumo negligente – o hiperconsumismo analisado por Gilles Lipovetsky⁷ – levou a repensar a ideia de crescimento contínuo e a própria *ideia de progresso*, contribuindo para a consideração de que o período da modernidade, baseado nesses conceitos, chegara ao fim. A nova ideia de progresso não se baseava mais no montante de riqueza produzida, nem no crescimento das vendas e do consumo, mas, segundo Serge Latouche, na qualidade de vida.⁸

Edgar Morin chega a mencionar um "império do progresso" que é substituído por uma cultura do imediato.⁹ Nesse sentido, o progresso é uma *fuga do passado* repleta de esperança de que o que vai acontecer amanhã superará, em todos os casos, o presente. Uma cultura do imediato é a consequência natural do colapso das certezas sobre as problemáticas questões do nosso tempo. Nós já não acreditamos mais que o futuro possa garantir um aprimoramento do

modo como vivemos; nós olhamos para o futuro com preocupação e suspeita. Agarramo-nos ao presente com a angústia daqueles que estão com medo de perder o que têm, adotando quase a mesma atitude de gregos e romanos antigos, que temiam que o futuro fosse pior que o presente.

ZYGMUNT BAUMAN: O nascimento da ideia de “progresso”, de um itinerário linear, essencialmente reto, predeterminado e incessante da condição humana, desde a selvageria, passando pela barbárie, até a civilização, da servidão à liberdade, da ignorância ao conhecimento, da submissão à natureza ao poder sobre a natureza, e, feitas as contas, do mal ao bem, do bom ao melhor, da desdita à consolação – e para trocar em miúdos todas essas esperanças/convicções/expectativas – do imperfeito ao perfeito, foi o eixo da *Weltanschauung* otimista, segura de si, rude e audaz da classe média empreendedora, este terceiro estado que, na memorável declaração de Sieyès, era nada, mas tudo virou.

O “progresso” foi a fé da Europa no auge de seu poder, a Europa do imperialismo, da conquista mundial e do colonialismo, a metrópole de impérios nos quais o sol nunca se punha. A ideia de progresso alcançou o ápice de sua dominação da mente europeia pouco antes de o sol começar a baixar no horizonte; antes da longa era de trevas – trinta anos – que a guerra entre os europeus em disputa pela redistribuição de suas posses ultramarinas estava prestes a baixar sobre o globo, transformando-o no campo de batalha de suas inimizades econômicas.

Como mencionei, em *The Silence of Animals*, John Gray classifica o “progresso” como um mito. Ele escreve:

Para os que vivem dentro de um mito, ele parece um fato autovidente. O progresso humano é um fato dessa ordem. Se você o aceita, tem um lugar na grande marcha da humanidade. A espécie humana, claro, não está marchando para lugar algum. “Humanidade” é uma ficção composta por bilhões de indivíduos para cada um dos quais a vida é singular e definitiva. Mas o mito do progresso

é extremamente poderoso. Quando perde seu poder, aqueles que viveram em seu nome são – como disse Conrad [na mesma história que você citou] – “como aqueles prisioneiros de toda a vida que, libertos depois de muitos anos, não sabem o que fazer de sua liberdade”. Quando a fé no futuro lhes é tirada, também lhes é tomada a imagem que têm de si mesmos.¹⁰

Vagando entre as ruínas do imperialismo, do colonialismo e da arrogância europeia, nós europeus estamos – de modo coletivo, quando não individual ou separado – na posição de Kayerts e Carlier, os heróis de Conrad, “que serviram [no Congo] à causa do progresso por mais de dois anos”: abruptamente libertos, e da maneira mais difícil, do mito da prisão, embora tenhamos tomado (ou sido jogados em) outro caminho, onde estamos até agora. O resultado, contudo, é bastante semelhante, qualquer que tenha sido o caminho. Nós não sabemos o que fazer com nossa liberdade não convidada; nós nem sequer sabemos o que é liberdade (sabe-se bem o que se quer dizer por liberdade quando é algo pelo qual ainda se deve lutar); e não temos certeza de que valha a pena defendê-la (só é certo que vale a pena defendê-la até o momento em que ela for conquistada). Isso leva à confusão, à perda de direção; à vida fatiada em episódios autossuficientes, à deriva, os quais se extraviam uns dos outros de maneira imprevisível.

Todos esses sentimentos, impressões e experiências se combinam numa “síndrome da incerteza” gêmea da “síndrome da incompreensão”. Vivendo dentro do mito do progresso, nossos antepassados olhavam para o futuro com esperança; nós olhamos com medo. Se o termo “progresso” desponha em nosso pensamento ou em nossa conversa de maneira inesperada, ele o faz em geral no contexto da ameaça de sermos expulsos ou de cairmos de um veículo que se acelera depressa, sem cronograma fixo, sem horário seguro nem letreiro de destino confiável. Em vez de ser uma promessa de bem-aventurança, o “progresso” se transformou no nome da ameaça – e de uma ameaça de um tipo

conhecido por seu hábito sórdido de bater sem avisar, vindo sempre de um lugar desconhecido.

Pode-se argumentar que o colapso da confiança no predeterminado (e por isso mesmo garantido) “avanço na direção definida desejável”, que Bury identificou como a própria essência do nosso curto embora tempestuoso romance com o “progresso”, forma a base de todas as demais crises que afetam nossa herança, deixada pela geração que viveu “dentro” do mito para nós, que somos condenados a viver fora dele.

Por entre esses “restos de crises”, aquela que afeta as instituições herdadas da democracia é a mais séria, à medida que golpeia os únicos instrumentos de ação coletiva agora ao nosso dispor. Nós já debatemos a questão quando falamos de “crise de agência”: a democracia representativa no quadro de uma unidade política territorial soberana predomina entre as agências a que recorreremos sempre que uma ação coletiva significativa é necessária – isto é, diariamente. Por razões que também já discutimos, não podemos mais confiar que essa agência em particular seja capaz de cumprir (ou que esteja disposta a fazê-lo) sua promessa de seguir a vontade do eleitorado que a designou como sua representante/plenipotenciária.

Harald Welzer estaria no caminho certo ao apontar, em sua discussão sobre o dilema atual diante da necessidade de ação efetiva e consequente, a captura e a neutralização das tendências que ameaçam o futuro do planeta, nosso lar compartilhado. Depois de argumentar que os problemas que nosso planeta enfrenta hoje exigem pouco menos que algum tipo de revolução cultural – uma mudança radical no nosso modo de vida –, ele acrescentou que, como “as estratégias individualistas têm uma função essencialmente sedativa, [enquanto] o âmbito da política internacional só oferece perspectivas de mudança num futuro distante”, a ação cultural é deixada no plano *médio*, o plano da própria sociedade do indivíduo e da questão democrática de como as pessoas querem viver o futuro.¹¹ Ele sugeriu também que a consciência popular de que é isso que ocorre está em alta,

embora, em muitos casos – talvez na maioria – ela permaneça subliminar e escassamente articulada.

Eu creio que o fenômeno da “glocalização” – a combinação particular de aumento de importância das localidades (e em conexão estreita) com a perda do significado das distâncias – pode ser rastreado na condição corretamente diagnosticada por Welzer. E digo por quê.

Os problemas mais agudos e ameaçadores que assombram nossos contemporâneos são, em geral, globalmente produzidos por forças extraterritoriais, localizadas no “espaço de fluxos”, que fica muito além do alcance dos instrumentos políticos de controle, essencialmente locais e fixos do ponto de vista territorial; as forças geradoras, contudo, tendem a lavar as mãos quanto a lidar com as consequências de seus feitos, que, com demasiada frequência, são devastadoras e exigem reparos urgentes e muito dispendiosos. Essa tarefa recai, portanto, sobre os ombros das “localidades” da ponta receptora de suas atividades. “Localidades” – e entre elas grandes cidades, em primeiro lugar e acima de tudo – servem hoje como lixão de problemas gerados globalmente, não por sua iniciativa e sem que elas sejam consultadas, isso para não falar em consentimento.

A imigração, por exemplo, um correlato inseparável da “diasporização” do planeta, é um fenômeno causado pela produção constante de pessoas redundantes em terras remotas; no entanto, cabe às pessoas nos lugares de chegada dos migrantes fornecer-lhes empregos, acomodação, equipamento educacional e assistência médica, assim como mitigar as tensões que o influxo de estrangeiros tende a provocar. A poluição de reservas de água ou do ar também pode ser uma consequência sumária – global – dos modos de governança adversos praticados em países distantes; mas é dever das autoridades municipais limpar o ar respirado e a água bebida pelos residentes das cidades; custos crescentes de serviços de saúde podem resultar de políticas de marketing de laboratórios farmacêuticos extraterritoriais, mas cabe às autoridades urbanas locais assegurar

uma provisão ininterrupta e adequada de serviços hospitalares e comunitários.

Em última análise, cidades em todo o mundo foram transformadas em laboratórios nos quais maneiras de resolver esses e numerosos outros problemas globalmente engendrados são improvisadas ou projetadas e colocadas em teste, a fim de serem rejeitadas ou incorporadas à prática cotidiana. Elas também são, mais uma vez, graças a necessidades externamente criadas e impostas, mais do que a escolhas deliberadas de seus residentes, postas no papel de estabelecimentos de pesquisa e de escolas de responsabilidade cívica e da difícil arte da coabitação humana sob novas condições de diversidade cultural irreduzível e incerteza pessoal persistente.

Foi isso que despojou as "localidades" – as grandes cidades, de forma mais drástica que qualquer outra – de parte considerável de sua autonomia passada e de sua capacidade anterior de elaborar e administrar sua própria agenda, investindo-as ao mesmo tempo, porém, de uma importância sem precedentes, ao lhes atribuir um papel crucial na tarefa de sustentar a ordem global de hoje e corrigir seus defeitos e tropeços, bem como reparar os danos colaterais que elas próprias estão fadadas a perpetrar. "Glocalização" quer dizer centros locais de conserto fornecendo serviços e reciclando a produção da indústria global de problemas.

Não obstante, há um papel muitíssimo mais importante e que as "localidades" – mais uma vez, as grandes cidades, em particular – são obrigadas a desempenhar sob condições de globalização. Os dois espaços sobrepostos distinguidos por Manuel Castells, o "espaço de fluxos" e o "espaço de lugares", diferem radicalmente quanto ao caráter das relações inter-humanas que eles produzem, favorecem, promovem e estimulam. No primeiro espaço mencionado, os seres humanos se confrontavam fundamentalmente como membros de "totalidades imaginadas" (como nações-Estado, igrejas ou interesses empresariais supranacionais) – entidades a priori separadas e autossuficientes que também encerram interesses antagonísticos entrelaçados em competição recíproca e inclinados a gerar hostilidade e suspeita mútuas.

Analisando esse estado de coisas em si, sem referência às realidades completamente diferentes, características do "espaço de lugares", Samuel P. Huntington predisse de forma memorável um iminente "choque de civilizações" (em 2002, num livro com o mesmo título) cheio de consequências apocalípticas.¹² Um dos efeitos mais proeminentes da globalização, contudo, é uma conexão humana suspensa entre dois universos, ambos sujeitos a conjuntos abruptamente distintos de normas e regras. À diferença do que acontece no "espaço de fluxos", dentro do "espaço de lugares", os homens têm a oportunidade de se confrontar como pessoas – vizinhos, colegas de trabalho ou de escola, motoristas de ônibus, carteiros, lojistas, artesãos, garçons, médicos, dentistas, enfermeiros, recepcionistas, professores, policiais, funcionários municipais, guardas de segurança, e assim por diante: alguns deles se confrontam como amigos, outros como inimigos, mas amigos ou inimigos *personais*, e não espécimes anônimos intercambiáveis e estereotipados de uma categoria abstrata.

Claro, em nossa densa população urbana pesadamente diaporizada, a maioria dos encontros é superficial e perfunctória, raramente chegando a algo mais profundo que uma espiadela rasa e categórica; estereotipar e uma reserva a priori, alicerçados em vigilância e suspeita, tendem, por isso, a ser expedientes bastante comuns, aos quais se recorre em nome da auto-orientação na paisagem complexa e volátil da cidade. Um número suficiente de espécimes individuais de diásporas compartilhando o espaço da cidade tende, entretanto, a ser extraído de seu anonimato e transferido para o reino das convivências pessoais face a face; porque os muros mentais que separam categorias abstratas são ultrapassados e corroem aos poucos, ainda que de maneira constante, a habitual estereotipia indiscriminada.

Se isso acontece, as costumeiras insígnias de "estrangeiros" (como cor ou matiz de pele, traços faciais, modos de vestir e de se comportar em público, pronúncia e entonação ao falar etc.) se tornam menos visíveis no decorrer do tempo e tendem a ser esquecidas; em vez disso, os espécimes de categorias alienígenas

são submetidos a critérios de avaliação familiares, atinentes à personalidade, do tipo “colega de trabalho ou de escola amigável versus inamistoso”, “vizinho cooperativo versus importuno”, ou simplesmente “pessoa amável versus desagradável”. À medida que tais contatos se tornam mais frequentes, e que os encontros se tornam menos superficiais, os critérios de avaliação pessoal se tornam indistinguíveis daqueles em geral aplicados ao escolher ou excluir amigos. O que conta no final é a atratividade da pessoa e a qualidade de seu caráter, o grau de confiabilidade, lealdade e fidelidade. Traços originalmente registrados para estabelecer fronteiras e cavar trincheiras entre “nós” e “eles”, para todas as intenções e propósitos práticos, são esvaziados e tornados irrelevantes para a seleção dos vínculos a serem estabelecidos – se é que chegam a ser notados.

E assim (de forma imperceptível, e não sob o clarão dos refletores, e espontânea, e não segundo planos preconcebidos, suscitada pela própria lógica da vida urbana e com lamentável frequência só percebida em retrospecto, em caso de benefício de percepção a posteriori) se prepararia e consolidaria, dia após dia, nas ruas da cidade, nas praças e nos edifícios públicos, mais uma condição para a coabitação humana pacífica e mutuamente benéfica, em geral negligenciada e até pisoteada e reduzida a uma massa pelas forças que flutuam no “espaço dos fluxos”. Também no tocante a isso, o “plano médio”, o “plano da própria sociedade do indivíduo”, pode ser visto como um laboratório no qual modos futuros de coabitação humana, que terão se tornado indispensáveis pela globalização e emergido graças à forma de “glocalização” que ela tomou, são propostos e testados; e também pode ser visto como uma escola na qual os habitantes urbanos aprendem como aplicar esses modos na prática da vida compartilhada.

É difícil e desaconselhável subestimar o papel global que as “localidades” – e somente elas – podem desempenhar para construir e pôr em funcionamento, em caráter de urgência, os precei-

tos culturais muitíssimo necessários para lidar com os desafios lançados pela “interdependência global” dos residentes humanos do planeta, e estar à altura da tarefa de impedir que o planeta, junto com a humanidade, se destrua. Afinal, uma das razões fundamentais para que as premonições sombrias de Huntington tenham reverberado tão ampla e fortemente na opinião pública foi que o autor e seus leitores negligenciaram ou deixaram fora do quadro, por querer, ainda que por equívoco, esse “plano médio”; o plano que até aqui mantém coeso o nosso mundo globalizado, ao mesmo tempo que serve como uma oficina na qual os modos e meios de tornar seu futuro seguro são procurados e têm uma chance de serem descobertos ou desenvolvidos.

Um excesso de democracia?

CB: Existe uma crise de democracia? Josef L. Fischer, num livro escrito nos anos 1930, considera que esta é sua condição normal.¹³ Hoje nós falamos como se esse conceito tivesse viajado todo um trajeto, no ápice do qual havia uma condição ótima de liberdade, a qual em seguida começou a decair. Na realidade, nunca houve uma era de ouro na democracia. As aspirações, os mais importantes sistemas teóricos e as melhores intenções não foram exatamente postos em prática. A própria ideia de democracia é vaga e flutuante, às vezes indefinível em sua complexidade.

Nos tempos modernos, ela chegou a adquirir um conteúdo abstrato – a exemplo de outros termos positivos, como *liberdade* e *felicidade* – e a ser usada como chave mestra ou senha, um biombo para cobrir os piores tipos de opressão do homem pelo homem. Muitas formas de governo se definem como democráticas sem realmente sê-lo, com cínicas reservas mentais e intenção óbvia de enganar seus confrades cidadãos, que incitam apoio com base em falsas presunções e em promessas mais falsas ainda. Isso ocorre em tamanha extensão que hoje o termo “democracia” foi tão esvaziado de seu sentido original – *governo do povo pelo povo* –

que é considerado com ceticismo cada vez mais fatigado, senão com franca suspeita.

Luciano Canfora observou, não sem ironia, que nos tempos romanos o significado grego de *demokratía* era "domínio sobre o povo", a ponto de Dião Cássio, o historiador do período de Severo, referir-se ao ditador Sula como *demokrator*.¹⁴ A ambiguidade não se resolve nem voltando à Atenas de Péricles, onde, por reconhecimento unânime, o termo se originou. Também lá podemos ver a natureza imponente, e portanto em algum grau antitética a *liberdade*, da força usada pelo povo, não compreendida em sua totalidade, mas como maioria. Em sua observação acerca da boa governança de Péricles, Tucídides reconhece seu caráter libertário, apesar de as decisões serem tomadas por voto majoritário. Isso já minava a certeza de que a democracia coincide com a ideia que fazemos de perfeição política. Em resumo, esse ponto fraco já estava presente desde o início e só podia causar conflitos, dúvidas, ambiguidades subsequentes e a ação remediadora corrente, que tem sido implementada pela aplicação de princípios democráticos.

Se reconhecemos uma qualidade forçada na ideia de democracia, ou mesmo seu caráter de "ditadura" da maioria sobre a minoria, temos de admitir o quanto é difícil conciliá-la com a ideia de liberdade – a não ser que limitemos o direito à liberdade ao círculo daquelas pessoas privilegiadas que têm o poder de tomar decisões em nome de todos. A maioria também é um conceito relativo: nós devemos ter cuidado ao falar de democracia quando os tomadores de decisão são a maioria dos votantes do sexo masculino, ou cidadãos possuidores de certos títulos ou bens, ou são pertencentes a uma casta privilegiada, e não proprietários de terra. Houve uma variedade de opções, reservas, condições e subterfúgios, os quais seriam inacreditáveis se não fossem confirmados pelos livros de história.

E mesmo quando, após lutas exaustivas, sacrifícios e banhos de sangue, é possível aplicar o princípio do sufrágio universal, ainda não faltam desapontamentos. Os socialistas franceses do século XIX descobriram isso à sua revelia, durante a experiência da *Comuna* e o coup d'État de Luís Bonaparte. O fato de que *todos* possam

votar não garante, em si, uma vitória popular, nem que a forma de governo produzida por eleições seja realmente do interesse do povo. Desde então, a esquerda vem se arrastando com esse erro histórico, esquecendo-se de que há muitas maneiras e truques para canalizar consensos e fazê-los ir na direção mais interessante para os que estão no poder. Basta pensarmos no fascismo e em todos os grandes regimes totalitários que basearam seu sucesso na exaltação das massas, no significado do sacrifício, em espetáculos e rituais. Eles favoreceram o grupo indistinto da maioria – quase todos –, mas sacrificaram a liberdade individual.

Deveria ficar evidente que a democracia no sentido pleno do termo – isto é, o governo de todo o povo – era difícil de implementar. Para evitar o caos, várias ações corretivas oportunas foram introduzidas para reduzir o número de ingovernáveis, inclusive o princípio de representação, com muitas inquietações.

Jean-Jacques Rousseau se refere à democracia no verdadeiro sentido da democracia ateniense na época de Péricles, a qual, mesmo então, tinha sérios problemas de compatibilidade com a ideia de liberdade, e admite que, "se o termo for tomado em seu sentido estrito, a verdadeira democracia jamais existiu e nunca existirá. É contra a ordem natural que a maioria governe e a minoria seja governada".¹⁵ Ele prossegue, então, definindo os limites da democracia representativa:

A soberania não pode ser representada, pela mesma razão pela qual não pode ser transferida; ela consiste essencialmente na vontade geral e não poderá ser representada; ou é ela mesma ou é outra coisa; não há outra possibilidade. Os membros eleitos do povo não são seus representantes, portanto, nem podem ser, mas são apenas seus agentes; eles não podem tomar decisões definitivas. Toda lei que o povo em pessoa não ratificou é vazia; não é lei.¹⁶

Assim, segundo as palavras de Rousseau, a democracia não existe e jamais existirá se considerarmos o termo em seu sentido real, isto é, "governo do povo". Hoje, entretanto, quando falamos

em "democracia", queremos dizer alguma outra coisa. Temos consciência de que a fórmula nada mais é que uma convenção, um rótulo formal que damos a algo com significado mais abstrato e amplo, o qual contém tudo o que acreditamos ser correto, ótimo e funcional para a existência cívica. Algo que abrange liberdade, solidariedade, igualdade, respeito e observância do direito dos outros; uma ideia complexa que, como diria Morin, é maior que a soma de suas partes.

Tudo isso forma em nossa mente a ideia de democracia, um ideal de sociedade civil em nome do qual lutar e que não pode ser medido, ao contrário do progresso, em termos quantitativos. Portanto, devemos distinguir entre o significado original de "democracia" como "governo do povo" (prevalência da maioria) e o significado que lhe atribuímos hoje: liberdade, igualdade e respeito às minorias.

Pela transformação no sentido corrente da ideia de democracia, nós devemos agradecer a Alexis de Tocqueville, o primeiro a renunciar a seu conteúdo etimológico, em vista de fazê-lo adquirir significado mais amplo, de natureza social, indicando antes uma ideia de igualdade e uma tendência à extensão generalizada de um conjunto de direitos e deveres:¹⁷ igualdade de direitos diante do Estado e tratamento igual perante a lei. Trata-se de uma democracia que tende a eliminar os privilégios da elite, a dar a todos as mesmas oportunidades e chances de aprimoramento.

Assim, trata-se de uma democracia que privilegia o individual, como na tradição cultural dos Estados Unidos, onde o princípio do *self-made man* é profundamente enraizado, juntamente com o espírito liberal na economia.

O exemplo dos Estados Unidos, onde a democracia adquire essa conotação nova e sem precedentes, que estava destinada a ser aceita e compartilhada em todo o Ocidente, subverte a ideia de poder opressivo da maioria e os medos de falta de liberdade que já estavam presentes na época de Péricles. Por um lado, testemunhamos a renúncia à ideia do poder popular forte, quase autoritário e despótico, irresistível – que a teoria marxista chega a manifestar como uma força revolucionária –, capaz de nivelar toda a sociedade. Por outro lado, consolida-se uma concepção mais branda de demo-

cracia, num sentido abstrato e ideal, mais determinado a garantir direitos iguais a todos os cidadãos, e não à maioria deles. É nesse duplo sentido do termo, depois de Tocqueville, que os destinos do Ocidente caminham, com alternância contínua da predominância de uma interpretação ou de outra, dependendo do momento histórico e da conveniência política.

A ambiguidade do termo "democracia", no escopo, na complexidade e às vezes na natureza contraditória do significado a ele atribuído, faz com que ele se preste – em especial durante a segunda metade do século XIX e o começo do século XX – a interpretações conflitantes, com resultados nem sempre satisfatórios. Em regimes monárquicos ou oligárquicos, despóticos e absolutistas, o significado de democracia é refletido no sentido forte, como substituição do poder do povo pelo de uma pessoa ou de uma minoria. Depois, porém, ele desponha em oposição à dificuldade de administrar um governo do tipo assembleia. De forma análoga, o marxismo entendia democracia como "ditadura do proletariado", mas depois delegou a gerência do poder político a uma pequena minoria, a uma elite privilegiada.

A ideia forte de democracia foi utilizada, entretanto, pelos regimes totalitários da direita para se livrar da influência disruptiva de uma massa turbulenta, incontrolável e incompetente, que conjecturava tomar em suas mãos, em nome de seu grande número, o destino do país. Para o fascismo e o nazismo, a democracia, assim entendida, era a ameaça mais séria a ser enfrentada por toda e qualquer forma de civilização, e foi precisamente por querer impedir as massas de obliterar a ordem social que eles impuseram o controle por meio de autoritarismo e totalitarismo, formas extremas e não liberais de controle pessoal, vocacionadas para a uniformidade e a conformidade. Uma opressão brutal e constante que, como esses regimes pretendiam, tem o poder de administrar a massa e ao mesmo tempo reservar a liberdade total de expressão e de ação para a fina flor, os eleitos, a classe dominante que se destaca do povo.

A democracia vem em muitas formas, mas, nos tempos modernos, desde sua afirmação graças à classe burguesa – "sem burguesia,

não há democracia”, escreve Barrington Moore Jr. –, ela escolheu a forma representativa,¹⁸ isto é, a democracia parlamentar especial que não é levada a efeito de modo direto, mas pela eleição de representantes. Indiferentemente de quanto essa fórmula possa ser boa, e além de qualquer consideração acerca da legitimidade da representação – tema que Rousseau já discutira em *Do contrato social*, afirmando a incompatibilidade entre democracia e representação –, é evidente que a crise da modernidade trouxe com ela a crise da democracia representativa.

A história nos ensina que, em todo sistema político em declínio, os princípios legais continuam válidos e protegidos pelo Estado, mas são solapados a partir de dentro pela corrupção crescente; e, a partir de fora, pela perda de confiança do eleitorado; essa forma degradada está destinada a persistir, pelo menos até que o sistema imploda ou seja reformado em outras bases.

Nesse aspecto, a introdução da ideia de representação não pode ser considerada uma traição dos princípios democráticos, mas um abrandamento – uma mediação construída ao longo do tempo e que leva em conta as necessidades da maioria, mas não esquece a oposição e tenta salvaguardar a liberdade individual e, portanto, pessoal, a *kratía* do demo desmoronando para sempre.

A mediação é necessária para moderar as ambições dos capitães do povo, a agressividade das massas, as emoções inevitáveis que acompanham qualquer ação política. Todas as vezes que as massas buscam se afirmar para praticar a forma mais pura de democracia, se opõem à injustiça, à corrupção ou ao desgoverno, materializou-se imediatamente um líder inevitável. Demagogos, guias, comandantes da massa se mostraram todos prontos a controlar protestos, dirigi-los e extrair disso o máximo de poder. O líder carismático que incita a multidão – a história sempre produz novos exemplos – é pior que o representante eleito.

Toda e qualquer renúncia à democracia representativa seria na verdade o fim do mundo tal como nós o conhecemos: mais que um retorno aos princípios básicos, seria um salto no escuro cujas consequências seríamos incapazes de prever. Isso poderia abrir os cenários

mais diversos: desde um período de caos político até a tomada do poder por governos fortes, compostos por ministros nomeados a partir de cima, não eleitos e desqualificados politicamente; ou talvez – algo que parece mais provável – a eliminação da representação democrática, cada vez mais reduzida a mera aparência e afinal substituída por uma “governança” impessoal no âmbito global, com um grau cada vez menor de interferência de políticos e alto grau de controle social.

Isso seria muito parecido com o que já está acontecendo pelo rastreamento de telefones celulares, o uso da internet, os drones e câmeras nas cidades, apenas seria muito mais sofisticado e complexo. Será ainda uma democracia (uma definição de que ninguém quer abrir mão)? Poderia ser a democracia perfeita, pois o poder não seria representado por um grupo eleito, mas por uma rede difusa de funcionários que cumprem o seu dever em nome de uma causa maior. Seria realmente o poder do povo, pois não haveria ninguém do outro lado. Não existiria partido de oposição, apenas poder sem face contra o qual seria impossível rebelar-se, já que está dividido em milhares de pequenas entidades (estas certamente eletivas), com as quais seria possível interagir porque estão situadas no âmbito local e são visíveis, embora sempre mutantes e instáveis, porque subordinadas a ordens mais altas e não responsáveis pela escolha dos caminhos adotados.

Segundo Charles Tilly, falando de governantes em exercício, a “desdemocratização” é uma reação imediata à crise do regime quando “eles” veem “uma ameaça clara ao seu poder”.¹⁹ Cada vez que normas restringindo liberdades pessoais, medidas excepcionais ou limitações de direitos políticos são decretadas, há efeitos de desdemocratização. Análises desses efeitos têm sido realizadas com regularidade no âmbito internacional desde 1972, pela Freedom House, organização não governamental baseada em Washington.

O problema está sempre na difícil relação entre poder central e vontade popular. O processo de democratização é, a seu próprio modo, perverso e mistificador. Os dois adjetivos só explicam em parte a ambiguidade de uma ideia que se originou com sentido depreciativo,

em oposição à liberdade individual. Depois ela entrou na linguagem cotidiana para indicar, com uma reversão semântica não habitual, a liberdade máxima que uma forma de governo pode garantir a seus cidadãos. A noção de democracia como sinônimo de participação, respeito pela vontade do povo, reconhecimento de direitos políticos e autodeterminação por meio de eleições livres com sufrágio universal foi usada por governos como selo ou certificado de garantia contra qualquer suspeita de autoritarismo, ditadura ou absolutismo.

Procurada, sonhada, intensamente desejada em todos os tempos, muitas vezes exigindo sacrifícios individuais, com a modernidade, a democracia assumiu um sentido ideológico oscilante, dependendo dos ambientes históricos, políticos e sociais nos quais era evocada.

Se é verdade, como foi destacado por Canfora,²⁰ que no final da Segunda Guerra Mundial o termo "democracia" foi apropriado por todos os partidos, governos e Estados que emergiram das experiências totalitárias, com a intenção de se distanciarem do passado, isso não quer dizer, entretanto, que a apropriação foi uma garantia de liberdade: na República Democrática Alemã, a Alemanha Oriental sob controle soviético, o uso do adjetivo "democrática" no nome oficial do país não impediu os cidadãos de tentar fugir para o Ocidente em todas as oportunidades que se apresentassem. Naqueles anos, o termo *democracia* substituiu o termo *popular*, para evitar qualquer confusão com aqueles regimes (de esquerda ou direita) que, apesar de se referirem ao povo, na verdade exerciam controle sobre as massas. Esses regimes fomentaram o populismo, a vulgarização e a aniquilação do real espírito do povo, simplesmente porque essas práticas tiram proveito dos piores instintos das massas em benefício do regime.

Assim, os termos seguem os destinos da política: se houve, no começo do século XX, uma proliferação da noção de *massas*, frequentemente com acenos significativos à esquerda, o segundo período pós-guerra foi marcado pela busca da *democracia*, rebaixada em todas as suas formas. Pode-se quase dizer que a *democracia* em seu sentido original e correto já não existia mais. Nós usamos a palavra

para indicar algo completamente diferente, que adquire em nossas mentes o charme de um mundo antigo e a incomensurabilidade de um ideal. Trata-se, porém, de um ideal perdido, sua implementação prática foi ignorada, traída, rearranjada, invalidada e, na melhor hipótese, pressuposta ou tida como consumada.

Não obstante, nunca se falou tanto de democracia. As liberalizações seguintes, que acompanharam a história do movimento sindical no último século, chegaram até a dar a impressão de excesso de democracia e, por conseguinte, da possibilidade de se restringirem seus efeitos para garantir a governabilidade.

No entanto, há mesmo um excesso de democracia? Pode-se dizer que há um quê de paradoxo, já que ninguém parece estar sofrendo. O sentimento amplamente disseminado é, antes, o da existência de uma desconexão entre o cidadão e a política, de uma realização incompleta da representação democrática verdadeira. Se, para além da perfeição do laço da representação, pretendemos que haja direito de igualdade para os cidadãos perante a lei, direito de desfrutar dos mesmos serviços sociais, da mesma liberdade de pensamento, expressão e organização, então a coisa é muito diferente. Nesse caso, pode-se falar de "excesso" de democracia, a ponto de ser difícil contê-lo numa sociedade que não é mais homogeneizada – isto é, comprimida em parâmetros de comportamento e coesão coletivos.

O que envolve exatamente um excesso de democracia? Segundo Wolfgang Streeck em seu recente livro *Buying Times*, trata-se do pecado mortal da superabundância de garantias em duas linhas de frente: na frente privada, a alta taxa de sindicalização nos países ocidentais é responsável por incitar a alta do preço da mão de obra e introduzir um conjunto de regulamentações de proteção e defesa do emprego, a ponto de forçar o capital a mudar de lugar.²¹ Na frente pública, há a dívida do Estado de bem-estar social, aumentada graças à pressão crescente da opinião pública no sentido de fornecer os bens e serviços essenciais necessários à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

As consequências da combinação desses dois componentes induziu uma expectativa de bem-estar e segurança social muito aci-

ma das possibilidades realistas, o que, a longo prazo, desencadeou o processo inverso, num momento em que já não era mais possível manter o nível tão elevado. Segundo essa hipótese, o excesso de democracia é responsável pela crise financeira de 2008, uma espécie de *redde rationem* ("dia do juízo final") necessário para corrigir uma tendência impossível de se parar, e que teria levado à ruína.

Pós-democracia

ZB: Reproduzo aqui trecho de um livro meu anterior.

No artigo de Nathalie Brafman publicado no *Le Monde*, "Génération Y: du concept marketing à la réalité", ela definiu a geração Y como "mais individualista e desobediente aos chefes, porém, acima de tudo, mais precária" – quer dizer, quando comparada às gerações *baby boomer* e X que a precederam.

Jornalistas, especialistas em marketing e pesquisadores sociais (nessa ordem) juntaram jovens de ambos os sexos entre vinte e trinta anos (ou seja, nascidos mais ou menos entre a década de 1980 e meados da de 1990) nessa formação (classe? categoria?) imaginada. O que se torna cada dia mais óbvio é que a geração Y composta por esses jovens pode ter uma reivindicação mais bem-fundamentada que suas predecessoras ao status de "formação" culturalmente específica, ou seja, uma autêntica "geração", e também um bem justificado apelo à atenção sensível de comerciantes, produtores de notícias e intelectuais.

É comum afirmar que as bases para essa reivindicação e a justificativa para esse apelo são, em primeiro lugar, o fato de que os membros da geração Y são os primeiros a nascer num mundo em que já havia a internet e a conhecer, assim como a praticar, a comunicação digital em "tempo real". Se você compartilha a difusão e avaliação da chegada da informática como um divisor de águas na história humana, é obrigado a ver a geração Y como um marco na história da cultura. E assim ela é vista, e consequentemente

espionada, detectada e registrada. Como uma espécie de aperitivo, Nathalie Brafman sugere que o curioso hábito dos franceses de pronunciarem o "Y", quando ligado à ideia de geração, à maneira inglesa – como em *why* – pode ser explicado pelo fato de ser essa uma geração questionadora, em outras palavras, uma formação que não aceita nada sem questionamento. Permita-me acrescentar de imediato, porém, que as perguntas que essa geração tem por hábito apresentar são amplamente dirigidas aos autores anônimos da Wikipédia ou aos amigos do Facebook e viciados no Twitter – mas não a seus pais, chefes ou "autoridades públicas", dos quais não parecem esperar respostas relevantes, muito menos legítimas, confiáveis e, portanto, dignas de atenção.

A profusão de perguntas, creio eu, como ocorre com tantos outros aspectos da sociedade consumista, é uma demanda guiada pela oferta; com um iPhone tão bom que parece implantado no corpo, há montes de respostas rodando 24 horas por dia, sete dias por semana, à procura febril de perguntas, assim como multidões de mascates em busca de uma demanda para seus serviços. Outra suspeita: será que as pessoas da geração Y passam tanto tempo na internet porque são atormentadas por perguntas com cujas respostas elas sonham? Ou seriam as perguntas que elas fazem, uma vez conectadas a suas centenas de amigos do Facebook, versões atualizadas das "expressões fáticas" de Bronislaw Malinowski ("Como vai você?", "Como você está?", locuções cuja única função é realizar uma tarefa associativa, em oposição a *transmitir informação*, sendo a tarefa nesse caso anunciar nossa presença e disponibilidade para nos relacionarmos, não muito diferente da "conversa trivial" que se leva para aliviar o tédio, mas acima de tudo para escapar da alienação e da solidão numa festa cheia)?

Os membros da geração Y são de fato mestres inigualáveis na arte de surfar nas vastidões infinitas da internet, e também em "estar conectado". Eles constituem a primeira geração da história a avaliar o número de amigos (palavra que hoje se traduz como companheiros de conexão) às centenas, quando não aos milhares. E a primeira a gastar a maior parte de seu tempo de vigília associando-

se por meio da conversa – embora não necessariamente em voz alta e poucas vezes com frases completas.

Tudo isso é verdade. Mas seria toda a verdade sobre a geração Y? Que dizer daquela parte do mundo que eles ainda não vivenciam e nem poderiam, e sobre a qual eles têm poucas oportunidades (se é que têm alguma) de aprender e de ver diretamente, sem algum tipo de mediação eletrônica/digital, e das consequências desse inevitável encontro? Aquela parte que, não obstante, tem a pretensão de determinar as demais partes, e talvez as mais importantes de suas vidas?

É esse “demais” que contém aquela parcela do mundo responsável por fornecer outra característica que separa a geração Y de suas antecessoras: a precariedade do lugar que lhe foi oferecido pela sociedade e diante do qual ela luta, com sucesso apenas relativo, para ingressar. Vinte e cinco por cento das pessoas abaixo de 25 anos de idade permanecem desempregadas na França. A geração como um todo está presa aos *contrats à durée déterminée* (contratos de duração determinada, CDDs) e *stages* (estágios) – ambos expedientes cruel e impiedosamente exploradores. Se em 2006 havia cerca de 600 mil *stagiaires* na França, seu número atual é estimado entre 1,2 e 1,5 milhão. Para muitos, a visita a esse purgatório líquido moderado no recategorizado como “estágio” é uma necessidade indispensável; concordar com expedientes como CDDs ou *stages* e submeter-se a eles é condição necessária para que se alcance, na avançada idade de trinta anos, a possibilidade de um emprego em tempo integral de duração “infinita” (?).

Uma consequência imediata da fragilidade e da transitoriedade inerente às posições sociais que o chamado “mercado de trabalho” oferece é a profunda mudança de atitude, amplamente sinalizada, em relação à ideia de “emprego” – em especial de emprego estável, seguro e confiável para determinar a posição social e as possibilidades de vida, a médio prazo, de quem o exerce. A geração Y é marcada pelo inédito e crescente “cinismo em relação ao emprego” – e isso não surpreende, já que Alexandra de Felice, por exemplo, famosa comentarista do mercado de trabalho francês, prevê que, se

prossegurem as atuais tendências, um membro regular da geração Y será obrigado a mudar de chefe e de empregador 29 vezes ao longo de sua vida de trabalho.

Alguns outros observadores, porém, como Jean Pralong, professor da Escola de Administração de Rouen, exigem mais realismo ao se estimar a probabilidade de os jovens combinarem o ritmo da mudança de emprego com o cinismo de suas atitudes em relação a ele: num mercado de trabalho com as condições atuais, seria necessário ter muita ousadia e coragem para desrespeitar o chefe e lhe dizer na cara que seria melhor ir embora a ficar numa chatices daquelas. De acordo com Jean Pralong, os jovens preferem aceitar seu melancólico destino, não importa quão opressivo ele seja, se lhes permitirem ficar por mais tempo em seus semiempregos. Mas poucas vezes isso lhes é permitido, e, quando acontece, os jovens não sabem quanto tempo vai durar a suspensão de sua sentença.

De uma forma ou de outra, os membros da geração Y diferem de seus predecessores por uma ausência total ou quase total de ilusões relacionadas ao emprego, por um compromisso apático com os empregos que têm e com as empresas que os oferecem, e pela firme convicção de que a vida está em outro lugar; e eles têm o desejo de viver em outro local. Essa é uma atitude que dificilmente se encontraria entre os membros das gerações *baby boomer* e X. Alguns dos chefes admitem que a culpa é deles, e relutam em colocar nos jovens a responsabilidade pelo desencanto e indiferença prevaletentes.

Brafman cita Gilles Babinet, empresário de 45 anos que lamenta a expropriação sofrida pela geração jovem de toda ou quase toda autonomia que seus pais tinham e preservaram com sucesso – orgulhando-se de terem os princípios morais, intelectuais e econômicos de que sua sociedade seria a guardiã e dos quais ela não permitiria que seus membros se afastassem. Ele acredita que o tipo de sociedade introduzido pela geração Y, pelo contrário, é qualquer coisa, menos sedutor. Se tivesse a idade desses jovens, admite Babinet, ele iria se comportar exatamente do mesmo modo.

Quanto aos próprios jovens, eles são tão cegos quanto é inequívoca sua situação. Não temos a menor ideia, dizem eles, do que o futuro nos reserva. O mercado de trabalho mantém resguardados seus segredos como se fosse uma fortaleza impenetrável, e não há muito sentido em tentar esgueirar-se para dentro, muito menos em derrubar os portões. Quanto a adivinhar suas intenções, é difícil acreditar que elas existam. As mentes mais resolutas e instruídas são conhecidas sobretudo pelos abomináveis erros que cometem nesse jogo de adivinha. Num mundo perigoso, não temos escolha senão jogar, seja por opção ou por necessidade. No final, isso não faz diferença, não é mesmo?

Bem, esses relatórios sobre o estado de espírito são incrivelmente similares às confissões dos mais ponderados e sinceros entre os *precários* – os membros do precariado, segmento que cresce com maior rapidez em nosso mundo pós-crisis do crédito e pós-confinança. Os precários são definidos por terem suas casas erguidas (juntando cozinhas e quartos de dormir) sobre areias movediças e por sua autoconfessada ignorância (“Não faço ideia do que vai me atingir”) e impotência (“Mesmo que eu subisse, não teria o poder de desviar o golpe”).

Até agora pensava-se que o surgimento e a expansão formidável, de certa forma explosiva, do precariado, sugando e incorporando mais e mais membros das antigas classes média e trabalhadora, fossem fenômeno nascido de uma estrutura de *classes* em rápida transformação. De fato é. Mas também não é, além disso, uma questão relacionada à mudança da estrutura *geracional*? De produzir um estado de coisas em que a sugestão “diga-me o ano de seu nascimento e eu lhe direi a que classe social você pertence” não parece fantástica demais?²²

CB: Para explicar a fase de declínio do processo de democratização, Colin Crouch introduz o conceito efetivo de “pós-democracia” como uma “crise de igualitarismo e de trivialização do processo democrático”, na qual a política perde cada vez mais acentuadamente o contato com os cidadãos e acaba produzindo uma condição inquietante que poderia ser definida como “antipolítica”.²³

Hoje nós falamos em antipolítica ao tratar das manifestações de ultraje contra corrupção, escândalos, desperdício de dinheiro público e sua malversação por interesses privados; contra a ineficiência de controle ético relatada na administração pública e na maioria dos partidos políticos. O resultado disso só poderia ser indignação profunda, seguida por um afastamento da política com impressões de nojo e futilidade. Isso é observado com regularidade no baixo comparecimento às urnas. Não obstante, diz-se também que o baixo comparecimento é normal em países democráticos, que é um sinal positivo.

Ainda assim, o afastamento da política só pode levar a sérias consequências, as quais a história contemporânea já experimentou: a antipolítica é igual à definição da política como “uma coisa suja”, algo com que a gente não deve se envolver, a ser deixada para os que fazem política profissionalmente e “se sacrificam” pelos outros. Esse é o caminho direto para o autoritarismo, já aproveitado por Mussolini como estratégia para alcançar o poder.

Além disso, o problema da representação ou delegação política sempre foi debatido, muitas vezes colocando democracia e representação em lados opostos, como termos irreconciliáveis. Rousseau advertiu contra a tendência fácil de delegar soberania popular a terceiros por indolência, por deixar que esses terceiros cuidem de assuntos que são seus, por compromissos familiares ou meramente por desdém. Essa é uma escolha ruim, que tem consequências letais para a liberdade pessoal. Uma vez estabelecida, a democracia pode ser contornada de muitas maneiras. Decerto não é uma vitória que possa ser alcançada com facilidade, considerando-se a facilidade com que ela pode ser posta em questão.

Entre os efeitos que caracterizam a pós-democracia, podemos listar:

- (a) Desregulamentação, isto é, o cancelamento das regras que governam as relações econômicas e a supremacia do mercado financeiro e das bolsas de valores.
- (b) Queda na participação dos cidadãos na vida política e nas eleições (embora com frequência isso seja considerado normal).

- (c) Retorno do liberalismo econômico (neoliberalismo), confiando ao setor privado parte das funções do Estado e os serviços de administração – antes “públicos” – e usando os mesmos critérios de desempenho econômico que as empresas privadas.
- (d) Declínio do Estado de bem-estar social, reservando serviços básicos apenas aos mais pobres, isto é, como circunstância excepcional, e não como parte de um direito generalizado de todos os cidadãos.
- (e) Prevalência de lobbies, o que aumenta o poder privado e conduz a política na direção por eles desejada.
- (f) Show business na política, quando técnicas de propaganda são empregadas para produzir consenso; predominância da figura do líder que não se apoia em seu carisma, mas confia no poder da imagem, em pesquisas de mercado e em projetos precisos de comunicação.
- (g) Redução de investimentos públicos.
- (h) Preservação dos aspectos “formais” da democracia, a qual pelo menos mantém a aparência de garantia da liberdade.

Existe alguma diferença entre a “pós-democracia” de Crouch e a “desdemocratização” de Tilly? À primeira vista, parecem dois termos para denotar o mesmo conceito, isto é, a diminuição das garantias democráticas alcançadas por meio da longa e dura luta das pessoas em seu nome. Na verdade, são dois processos diferentes, os quais podem até se combinar e causar danos devastadores no tocante à perda de liberdade. A desdemocratização pressupõe o cancelamento efetivo de certas prerrogativas democráticas, com frequência por períodos curtos ou visando a lidar com eventos excepcionais (terrorismo, catástrofes naturais). A pós-democracia, ao contrário, é um processo sub-reptício, apresentado como “natural”, que garante liberdades formais ao mesmo tempo que as rebaixa ou esvazia de seu real conteúdo democrático.

Conforme observou Tilly no caso da Índia, a recuperação a partir de um “desdemocratização” é possível – isto é, é possível sair ileso e recuperar o tempo perdido.²⁴ É mais difícil emergir da

“pós-democracia”, porque ela é impulsionada por fortes interesses compartilhados e tornou-se agora parte da cultura do nosso tempo: o exemplo clássico é a introdução de empregos ou contratos com prazo determinado, o que normalizou a insegurança no emprego, com os prazos determinados descritos como prática necessária para satisfazer a demanda de flexibilização da indústria.

Wolfgang Streeck sugere que a crise financeira em curso é uma consequência do fracasso da democracia, ao mesmo tempo que também é possível que ela tenha sido induzida ou controlada para recriar desigualdade social e reduzir a democracia.²⁵

Outras características convergem no interior dessa estrutura ou perspectiva, inclusive a privatização em nome do progresso, do lucro e da eficiência; a retirada de capitais investidos em interesses nacionais e sua “desmaterialização” nos mercados financeiros; o colapso do modelo keynesiano ou, de modo mais geral, da intervenção governamental na economia e sua substituição por um modelo hayekiano.²⁶ Um resultado disso são os recursos minguantes: nós somos relativamente mais pobres agora do que éramos cinquenta anos atrás, todavia, temos mais tecnologias disponíveis e meios de nos comunicar com facilidade – e isso também tem suas consequências sociais.

A luta entre “capitalismo e democracia” está agora na fase da ascensão do capitalismo, pelo menos até que as reações do grupo democrático comecem a ser sentidas, visando à recuperação do terreno perdido num difícil ato de equilíbrio.

O fato é que a presente condição de *defaillance* democrática se deve sobretudo à crise do Estado, à sua incapacidade de atuar como interlocutor forte e decisivo na mediação social, como regulador da economia, como garantidor da segurança. Tanto é assim – reafirma Streeck – que as “companhias privadas de seguro substituíram os governos e a política como provedores de segurança social”.²⁷

A desregulamentação, procedimento ambíguo em vista da destituição de poderes públicos e que gera uma impressão subjacente de “libertação” de regras restritivas demais, é o primeiro passo rumo ao neoliberalismo, à privatização de serviços e à redução drástica do

Estado de bem-estar social, o que arruína o equilíbrio orçamentário: uma contradição em termos, pois ele não é uma empresa pública e não visa ao lucro, mas deve prover serviços sociais e redistribuir riqueza. Administrá-lo segundo os termos impostos pela União Europeia, que convenceu seus Estados-membros a incluir a prática de balanços equilibrados em sua constituição, significa abrir mão de suas prerrogativas essenciais e fomentar a desigualdade de seus cidadãos. De um excesso de democracia, nós passamos, num salto repentino, à pós-democracia, com o único propósito de ganhar tempo enquanto esperamos até as coisas se acertarem por si mesmas. As pessoas se esquecem e se habitam – depois se entregam –, vindo do que privilégios são garantidos apenas a poucos. Trata-se de uma fórmula que, além de enfraquecer o Estado-nação e despojá-lo de seu poder, trabalha no interesse do capitalismo, que, ao levar a cabo as operações de desregulamentação e de libertação das reservas impostas pelo Estado-nação, encontra uma oportunidade inesperada de crescer e se consolidar.

Quanto à flexibilização do trabalho, vem se disseminando com sutileza a ideia de que ela teria sido fomentada pela introdução das mulheres no mercado de trabalho.²⁸ Isso é quase dizer que as trabalhadoras favoreceram e buscaram a flexibilidade por conveniência própria (conforme compatível com suas necessidades familiares) e para encontrar novas maneiras de serem contratadas. Decorre disso que o mundo feminino em busca de autonomia financeira é responsável por contratos de prazo fixo, o resultado mais chocante da pós-modernidade e o apogeu do neoliberalismo.

Nessa extraordinária inversão da realidade, na qual o resultado se torna a causa dos fatos, podemos vislumbrar um preconceito inerente ao fascismo, que via o mundo como se fosse psicologicamente masculino, só podendo ser garantido pela unidade e solidariedade entre os homens. Deve-se dizer também que o trabalho das mulheres não surgiu nos anos 1990, quando os países ocidentais começaram a correr os vários direitos de proteção do emprego conquistados no período pós-guerra e sancionados por um conjunto de leis em geral conhecidas como "estatuto dos trabalhadores". Até então, a

flexibilidade no mercado de trabalho era a favor dos trabalhadores, sobretudo para permitir empregos em período parcial, flexibilidade dos horários de trabalho e oportunidade de mudar de emprego. Os dados estatísticos sobre a extensão do trabalho feminino na Europa e nos Estados Unidos demonstram a presença das mulheres, especialmente nos empregos públicos, mas não servem para justificar a redução das garantias sindicais.

A medida que a ideia neoliberal recupera forças, trazendo mais benefícios para o capital, tornando-o mais lucrativo, a opção da flexibilidade se estende aos empregadores, introduzindo a possibilidade de contratos de prazo fixo ou prazo curto, necessários para satisfazer às necessidades temporárias de produção e, portanto, isentos das regras sindicais e da inflexibilidade dos contratos de emprego. Ardilosamente apresentada como uma forma não costumeira e excepcional, voltada para a promoção do emprego e para propiciar novas oportunidades para jovens e mulheres, ela foi bem-vinda e apoiada pela mídia e também pelos partidos de esquerda, que não compreenderam seu potencial negativo de desordenar o mercado de trabalho e revigorar o capitalismo, depois de um longo período de ofuscamento.

Quanto à desmaterialização do capital, esse é um fenômeno a ser considerado com atenção em sua extraordinária capacidade de inovar radicalmente a economia – uma mudança imprevisível, que nenhuma teoria anterior tinha considerado e cujas sérias consequências sociais nenhuma teoria poderia perceber.

Na economia tradicional, o capital tem uma forma concreta e visível. É integrado por terras, fábricas, máquinas para manufatura. Portanto, tem um peso e uma permanência territorial. Na Revolução Industrial, a presença do capital era simbolizada por chaminés que enchiam o céu de fumaça nas áreas mineiras; no século XIX, pelas massas trabalhadoras que saíam das fábricas no final do turno; no século XX, pelos arranha-céus das grandes holdings americanas. A fábrica é um local físico em que se estabelecem a continuidade de interesses e as condições existenciais favoráveis à formação da consciência de classe.

Entretanto, a desmaterialização do capital – isto é, sua transformação (ou liquefação) em produtos financeiros que, dada a sua natureza, podem ser transferidos de um ponto a outro do globo e investidos em diferentes ativos – rompe com essa tradição e viabiliza a emancipação da política. Ela liberta o capital das restrições da tradição social que o Estado conseguiu lhe impor. Essa “liquefação” do capital, que tem sua contrapartida inevitável na sociedade líquida,²⁹ limita gravemente a possibilidade de intervenção do Estado na economia, a qual, na primeira metade do século XX e particularmente depois da grave crise de 1929, representara o sonho de uma resoluta aliança entre capitalismo e democracia.

Entre as razões para a liquefação do capital, podemos verificar a desmaterialização do trabalho, isto é, a desativação da indústria pesada; a pós-industrialização da terceira Revolução Industrial, que tornou obsoletas as grandes fábricas, empregando imensos contingentes de trabalhadores; o crescimento exponencial de serviços e a automatização dos processos de produção; a miniaturização e novas tecnologias.

Esse processo, que começou nos anos 1970 e se desenvolveu ao longo dos trinta anos seguintes, libertou o capital de seu compromisso contingente, livrou-o de investimentos de longo prazo e, por assim dizer, despojou-o de todo e qualquer propósito definido. Assim, pode-se dizer, e não sem certo grau de ironia, que o capital – no processo de desindustrialização – foi o primeiro “elemento inseguro” da nova fase econômica.

Ele é obrigado a buscar, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimento, sempre pronto a mudar de rosto, substância e local – com frequência apenas virtual – sob risco de evaporar num piscar de olhos, pelas escolhas infelizes e erros de *timing*. Mas ele é forte o bastante, mais que nunca, para aproveitar as melhores oportunidades e explorá-las a seu favor, respeitando os princípios da livre competição e de um *laissez-faire* revivido e sem limites, a que nenhum Estado-nação é capaz de se opor.

A questão crucial ainda é o controle social: quando uma comunidade, um grupo ou uma população foge ao controle, isso sempre

gera uma contrarreação. Trata-se de um reflexo de que nada há de espontâneo quanto a isso, mas respostas a necessidades políticas de ordem e equilíbrio. O que foi admissível e concedido, garantido e permitido numa sociedade de massa já não é mais factível numa sociedade desmassificada.

O equilíbrio perfeito do totalitarismo reside em garantir certos privilégios em troca de liberdade; o da sociedade de massa, em um grau de liberdade formal em troca de consumismo e conformidade. A liquefação social surge na verdade com uma disseminação incontável, a qual, aos olhos do sistema, não é mais compreensível e é ininterrupta. Ao longo do tempo, o sistema perdeu a maior parte dos seus instrumentos efetivos para o exercício de controle, direta (autoritarismo, ditadura) ou indiretamente (unidade de propósitos, consumismo, monopólio das comunicações, ilusão das massas com a discurseira da mídia). Ele nem sequer pode empregar o suporte encorajador de ideologias para manter a agregação dos grupos sociais em bases totalmente acrílicas, fiando-se na persuasão emocional e irracional.

Para recuperar o controle e restaurar a ordem que foi alterada, é necessário impor uma revisão das regras. Seria impossível fazê-lo pela força (uma escolha anti-histórica), e menos ainda confiando em algum consenso da mídia.

O instrumento mais adequado aos nossos tempos só pode ser a economia. Decerto ela tem potencial para trabalhar num mundo líquido. Ela vai além da compreensão da maioria das pessoas, é complexa a ponto de ser difícil até para seus agentes e partícipes. É transitória, móvel e facilmente influenciável. Não está sujeita à democracia, pois não é possível recorrer ao sufrágio universal para influenciá-la. Tem suas próprias regras e consequências definidas. É a única certeza inequívoca de um mundo líquido e inseguro. As manobras econômicas têm repercussão imediata para a democracia; elas conseguem mais do que a lei e as revoluções para estabelecer a igualdade e a desigualdade entre os homens.

Qual a utilidade de todos serem iguais no papel, terem as mesmas oportunidades e a mesma liberdade de ação e pensamento,

se só são necessárias algumas poucas restrições econômicas para colocar tudo em questão?

Trazer de volta as diferenças sociais, restaurando prioridades, possibilita ao sistema adquirir e manter o controle social. Empobrecer significa dividir e controlar, colocar os setores mais fracos da população em posição de não ter acesso aos mesmos benefícios que antes, excluir os de possibilidades e separá-los dos mais afortunados. Na verdade, privá-los de liberdade, mesmo que a liberdade e a democracia sejam exaltadas em todas as oportunidades. As vítimas da crise econômica estão isoladas, têm medo, têm depressão e estão sozinhas ao enfrentar o futuro incerto.

Impermanência e instabilidade se refletem em todos os aspectos da vida cotidiana, do trabalho aos relacionamentos românticos, os quais influenciaram até a arquitetura e a indústria manufatureira (nós construímos casas que têm um período de vida útil limitado; produtos da indústria hipertecnológica que rápida e inevitavelmente estarão obsoletos), numa frenética corrida contra o tempo. A sociedade líquida é uma sociedade que flui velozmente, desgastando e correndo tudo com rapidez crescente e, por essa razão, existe em estado de evolução constante: o estado de transição é o seu estado estável.

Por uma nova ordem global

CB: O conceito de democracia é móvel e flutuante, e está destinado a evoluir juntamente com a sociedade. Pense apenas na transformação pela qual ele passou na época de Tocqueville: de governo do povo, temido por suas implicações não liberais (a ditadura da maioria), o conceito adquiriu sentido muito mais amplo, significando – com base na experiência americana – a aspiração geral rumo à igualdade e aos direitos iguais para todos.

É óbvio que desde então, desde a primeira metade do século XIX, a ideia de democracia não poderia ter continuado a mesma, sem sofrer as repercussões de uma sociedade que muda tão depressa.

Nós tínhamos de esperar uma escalada de protestos nas ruas, nos lugares em que as condições de vida são mais estressantes, pois é a economia, como sempre, que instiga a revolta. Por trás dela, porém, há sempre a necessidade real de mudança, da qual muitas vezes os próprios protagonistas não têm consciência.

Os protestos no Egito, na Turquia e no Brasil sugerem um agravamento da crise da democracia em que os cidadãos desempenham um papel de importância maior. Eles estão muito mais atentos e vigilantes que as massas passivas tradicionais, que se desinteressavam da política depois de elegerem os líderes. Já não podemos mais falar de massas, mas de multidões, e isso não é simplesmente uma questão de diferença semântica. As novas diferenças sociais são necessárias para restaurar as margens de poder que a democracia correu, permitindo que o processo de autoconsciência individual se desenvolvesse on-line. A autoconsciência é equivalente à libertação dos nossos próprios impulsos e, assim, à revolução contra a ordem, a uma recusa de aceitar regras impostas a partir de fora. Por essa razão, toda autoridade constituída, desde as mais antigas comunidades até a própria sociedade moderna, tenta em primeiro lugar e acima de tudo implementar o controle social.

Ao considerar os movimentos espontâneos inovadores que foram criados na internet, como Occupy Wall Street, os Indignados e a Primavera Árabe, Manuel Castells se esquece de que eles nada mais são que consequências de um afrouxamento do controle social, cujos exemplos se repetem ao longo de toda a história, cada vez com características e modalidades diferentes, quando a autoridade de instituições e governos começam a sofrer crises.³⁰ Contudo, esses movimentos não são a causa, mas a consequência direta e socialmente significativa dessas crises. Eles são um sinal tangível de que o sistema não é mais capaz de absorver a tensão, e de que novos equilíbrios sociais devem ser encontrados – pouco importa se são produzidos por revoluções, reformas ou novas eleições.

Diante do processo de desmassificação, a governança no plano supranacional recupera o controle do individual usando a crise econômica e promovendo novas diferenças sociais. O longo e doloroso